



Relato da reunião ordinária do CD EPSJV 21 de novembro de 2019

PAUTA

Reprepoli

O CD EPSJV aprovou, por unanimidade, o calendário eleitoral para a eleição da Reprepoli. A votação será no dia 13 de dezembro e o resultado será homologado na reunião do CD do dia 19 de dezembro.

A comissão eleitoral será formada, inicialmente, por Cristiane Carvalhal (VDEI) e José Mauro Pinto (Lires). Os interessados em compor a comissão podem procurar a Reprepoli.

Plano de Trabalho

A Direção informou que, a partir das sugestões enviadas pelo Lires, Labgestão e Labform, elaborou uma proposta de plano de trabalho individual para ser adotada pelos trabalhadores da Escola a partir de 2020. A ideia é que a proposta seja discutida nos laboratórios e setores e volte a ser debatida em uma próxima reunião do CD EPSJV.

O vice-diretor de Gestão agradeceu aos laboratórios que enviaram seus modelos de plano de trabalho e, em seguida, fez uma breve apresentação dos documentos enviados. Ele informou que solicitou ao Setor de Informática que avaliasse como esses modelos poderiam ser apropriados pela Escola. Uma das possibilidades é construir um documento online, por meio do Google, mas existem algumas dificuldades técnicas; outra é que seja uma tabela de Excel (o que parece ser a alternativa mais viável tecnicamente); ou ainda que seja desenvolvida uma nova ferramenta pelo Setor de Informática da EPSJV. Neste último caso, o tempo para o desenvolvimento seria mais longo.

A coordenadora do Labgestão disse que os dois modelos enviados por ela, que são utilizados pela Unirio, têm objetivos diferentes: um é para fazer um relatório mais detalhado das atividades do trabalhador ao longo do ano e o outro está vinculado à progressão profissional. Ela explicou que o Labgestão usa os modelos da Unirio para que os trabalhadores do laboratório se organizem na distribuição de suas atividades, mas sugeriu que fosse discutido se é adequado que os trabalhadores da Escola tenham um relatório com tanto detalhamento.

A coordenadora do LIC-Provoc fez alguns apontamentos sobre questões específicas dos formulários e sugeriu que, independente do formato, o plano de trabalho deve ser um instrumento assinado pelo trabalhador, pela chefia imediata e pela Direção da Escola.

A coordenadora do Laborat disse que os trabalhadores do seu laboratório fizeram o exercício de preencher o modelo da Unirio e tiveram algumas dificuldades para colocar no papel o detalhamento de todas as atividades, o que acabou gerando uma carga horária maior que a carga real. Além disso, algumas atividades

cotidianas são mais difíceis de serem colocadas no papel. Disse ainda que considera complicado que os coordenadores assinem o plano de trabalho de todos os profissionais do laboratório.

O representante do Lires explicou que o modelo usado por eles é para a organização interna do laboratório e para que todos saibam as atividades em que cada um está envolvido.

A representante do Lavsa disse que era importante definir a finalidade do documento: se é uma prestação de contas ou um levantamento de atividades. Para ela, já existem diversos instrumentos de gestão e é importante pensar sobre o objetivo de mais um documento.

A coordenadora do Latec reforçou a sugestão do Lavsa que o objetivo do documento seja bem definido para que não se torne apenas mais um instrumento burocrático. Ela também perguntou como seriam inseridas as atividades de representação institucional da Escola e da Fiocruz.

A coordenadora do Labgestão disse que o objetivo do laboratório ao usar o instrumento é organizar internamente o trabalho e discutir coletivamente, na oficina de planejamento, quais serão as atividades coletivas do laboratório. Ela disse que, em sua avaliação, um documento com muitos detalhes das atividades pode gerar uma exposição ruim para os trabalhadores da Escola e também acabar servindo como um instrumento de controle externo.

O representante do Lateps disse que seu laboratório ainda não havia discutido o tema em profundidade, mas que era necessário abrir espaço também para que os laboratórios negassem a adoção de um instrumento de controle de atividades diante da atual conjuntura.

A coordenadora do LIC-Provoc lembrou que os coordenadores já assinam a frequência de todos os trabalhadores de seu laboratório e que há uma correlação entre a frequência e o plano de trabalho e que, portanto, não seria um problema que os coordenadores assinassem o documento de todos os trabalhadores do laboratório.

O vice-diretor de Ensino disse que a Escola deve decidir coletivamente se é pertinente e necessária a criação de um novo instrumento de gestão do trabalho diante da conjuntura atual. Disse ainda que é importante definir o objetivo do instrumento.

O vice-diretor de Gestão respondeu que o plano de trabalho é fundamental para que seja feito o mapeamento da força de trabalho da Escola, identificando as necessidades de cada laboratório ou setor. Disse que o objetivo do instrumento não é controlar os trabalhadores, que o documento será preenchido individualmente por cada profissional e que não será divulgado publicamente. Disse ainda que o CD EPSJV deve avaliar a pertinência de adotar ou não o plano de trabalho.

A Direção ressaltou que o mapeamento da força de trabalho é importante por conta da questão das aposentadorias e outras perdas de trabalhadores que irão reduzir a capacidade da Escola de desenvolver algumas atividades. Lembrou ainda que a ideia dos planos de trabalho partiu de alguns conselheiros do CD EPSJV e que o objetivo não é criar um mecanismo de controle, mas sim, pensar um planejamento para o trabalhador – tanto no âmbito individual, quanto no coletivo. Ela solicitou que os laboratórios e setores discutam as propostas apresentadas pela Direção e enviem suas contribuições, até o dia 6 de dezembro, para que o tema seja discutido novamente na próxima reunião do CD EPSJV.

Selo comemorativo dos 35 anos da EPSJV

O CD EPSJV aprovou, por unanimidade, a proposta de selo comemorativo dos 35 anos da EPSJV, criada pelo designer José Luiz Fonseca (CCDE). O selo será aplicado em todos os documentos oficiais da Escola durante o ano de 2020.

Processo de redesignação da EPSJV como Centro Colaborador da OMS para a Educação de Técnicos em Saúde (2020/2024)

A Direção informou que será iniciado o processo de redesignação da EPSJV como Centro Colaborador da OMS para a Educação de Técnicos em Saúde e que é importante a redesignação.

O coordenador da CCI explicou que o processo de redesignação se inicia em janeiro de 2020 e deve ser concluído até julho do mesmo ano. A próxima redesignação é para o período de 2020 a 2024. Ele lembrou que o Centro Colaborador não é apenas a CCI, mas toda a Escola – e que a EPSJV é Centro Colaborador da OMS desde 2004, já estando no quarto mandato. No âmbito internacional, a Escola também é secretaria executiva da RETS desde 2005 e da RETS-CPLP desde 2009.

Ele explicou que, para obter a redesignação como Centro Colaborador da OMS, a Escola precisa elaborar um plano de trabalho quadrienal e apresentar o relatório do período anterior. As atividades do plano de trabalho devem estar de acordo com o plano estratégico da Opas e da OMS. A CCI vai enviar os documentos para os laboratórios e setores para que possam sugerir atividades para o novo plano de trabalho.

A coordenadora do LIC-Provoc perguntou se estava em questão a Escola deixar de ser Centro Colaborador da OMS, levando-se em consideração que existe o bônus da visibilidade, mas também o ônus da regulação. Disse ainda que planejar os próximos quatro anos é difícil, mas é estratégico. Por isso, em sua opinião, é preciso discutir coletivamente nos laboratórios e setores as atividades que serão incluídas no novo plano de trabalho.

O vice-diretor de Ensino disse que o CD EPSJV deve decidir se a Escola vai solicitar a redesignação, de acordo com a conjuntura, mas que a tendência é que a Escola continue a ser Centro Colaborador, tendo em vista a visibilidade que isso traz para a EPSJV.

O representante do Lateps disse que, em sua avaliação, a Escola deve sim solicitar a redesignação, pois isso é bom para a Escola, mas também para a Opas, que precisa do apoio das instituições.

A Direção solicitou que os laboratórios e setores discutam a questão internamente para definir quais atividades da Escola podem ser internacionalizadas e entrar no plano de trabalho.

O coordenador da CCI solicitou que os laboratórios e setores enviem suas contribuições por e-mail para que a CCI possa elaborar um primeiro esboço do novo plano de trabalho. Antes de ser enviado para a Opas, até o dia 18 de julho de 2020, o plano será discutido novamente no CD EPSJV.

Controle de entrada e saída dos alunos da EPSJV

O vice-diretor de Ensino informou que foi discutida na CT de Ensino da EPSJV a questão do controle de entrada e saída dos alunos da Escola e ficou definido que seria adotada alguma medida neste sentido para o início do ano letivo de 2020.

Entre as sugestões apresentadas na CT de Ensino, estão a autorização, por parte dos responsáveis, para a entrada e saída de alunos e a revitalização dos espaços da Escola, como a cantina e espaços de lazer, para favorecer que os alunos permaneçam dentro da instituição durante todo o horário escolar.

A coordenadora da Cogetes sugeriu que seja feita uma reunião com os responsáveis de todos os alunos, no início do ano letivo de 2020, para conscientizá-los. Ela sugeriu que seja reforçado com os responsáveis que a EPSJV é uma escola de portas abertas e que os pais devem conversar com seus filhos sobre a questão de entrada e saída. Ela destacou que alguns alunos saem repetidamente da Escola e que já houve conversas da Cogetes com os professores e o apoio escolar para que se sintam autorizados a questionar os alunos.

A Direção ressaltou que a responsabilidade pela saída dos alunos da Escola, durante o horário escolar, é de todos os profissionais da EPSJV e que é importante chamar as famílias para que os responsáveis compreendam que a responsabilidade é mutua e que é preciso pensar mecanismos de controle de entrada e saída dos alunos.

A coordenadora do LIC-Provoc ressaltou que a ciência da família que o aluno pode sair da Escola é diferente da anuência dos responsáveis pela saída dos alunos. Ela relatou a experiência do "passe livre" no Cap UFRJ, que funcionou até meados dos anos 1990. Ela sugeriu que seja pensada uma forma de comprometer as famílias e resguardar a Escola em uma corresponsabilidade.

O representante do Lateps disse que é importante que a Escola assuma a dificuldade que tem para lidar com isso e que, nos casos em que a Escola tiver conhecimento da saída de alunos, deve agir o mais rápido possível – inclusive fazendo contato com os responsáveis. Ele destacou que como a EPSJV não é apenas uma escola de ensino médio, será preciso pensar em formas diferentes de controle de acesso para os diversos públicos da escola.

Ele ressaltou ainda que, se ficar definido que os alunos só sairão durante o período escolar com autorização dos pais, será preciso ter alguém permanentemente fazendo esse controle, tendo em vista que a Escola vai assumir essa responsabilidade diante dos pais dos alunos. Ele disse que o controle é importante, mas que precisa ser bem pensado para que funcione sem falhas.

A Reprepoli (Pedroza) disse que é importante pensar em um tipo de controle de acesso realmente eficaz para que, no futuro, não seja preciso discutir como evitar que os alunos burlam esse controle. Também ressaltou que é fundamental envolver os responsáveis para que eles assumam essa responsabilidade junto com a Escola.

O vice-diretor de Ensino disse que há um consenso sobre a responsabilização das famílias junto com a Escola, mas que também haverá uma cobrança das famílias sobre a EPSJV. Mas ele ressaltou que, se a Escola acha necessário e quer implantar medidas de controle de acesso dos alunos, precisa se responsabilizar por isso. Para ele, as medidas precisam ser adotadas para o início do ano letivo de 2020.

A representante do Grêmio (Carolina) disse que o novo grêmio ainda não discutiu esse assunto, mas que ela considera importante a conversa com os responsáveis. Ela colocou o grêmio à disposição para conversar com os calouros de 2020 sobre o assunto e explicar a realidade do território onde a EPSJV está inserida.

O coordenador do Labform disse que, além da responsabilização das famílias e dos responsáveis, a Escola também precisa efetivar os instrumentos pedagógicos que já possui, como advertências e suspensões, por exemplo, além de rediscutir a questão

das faltas dos estudantes. Para ele, além de controlar o acesso, também é preciso adotar outras medidas como o uso obrigatório de uniforme – que facilita a identificação do aluno fora da Escola – e a aproximação com o Grêmio.

A Direção disse que a questão do controle de acesso é difícil na EPSJV devido à multiplicidade da Escola, mas que é um tema que precisa ser discutido, pois os responsáveis esperam que, no horário escolar, os filhos estejam realmente dentro da Escola. Ela valia que apenas as conversas com os alunos não estão funcionando, por isso, é importante envolver os responsáveis nessa questão.

A coordenadora da Cogetes disse que algumas providências já estão sendo tomadas pelos professores e os inspetores em relação à entrada e saída dos alunos. A coordenação também fez uma conversa com os estudantes explicando sobre a importância de respeitarem as orientações dos inspetores, mas acredita que isso não foi suficiente. Considera ainda que é preciso envolver mais os responsáveis nessa questão do controle de acesso dos alunos.

O representante do Lateps reforçou a fala de que ao decidir qual a medida que a Escola irá tomar sobre o controle de acesso dos alunos, é importante que ela seja adotada com rigor, de forma que seja burlada o menos possível.

A coordenadora do Laborat disse que, em sua opinião, a Escola não pode assumir que vai dar conta de todos os anseios dos responsáveis, mas acha que é uma boa estratégia fortalecer a Escola como um espaço de convivência, além de estreitar as conversas com os pais – lembrando que a família também tem responsabilidade – e reforçar instrumentos como a suspensão, expulsão e advertências para os estudantes que não respeitarem as normas da Escola. Ela sugeriu também que a EPSJV pense em uma reorganização curricular, de maneira que os alunos tenham um tempo livre durante o horário escolar para conviverem dentro da Escola.

O representante do Lires disse que considera importante a Escola definir uma forma de controlar o acesso dos alunos, mas destacou que a medida que for definida precisa ser bem executada.

A coordenadora do Labgestão ressaltou que é importante que todos os trabalhadores da Escola participem do debate sobre o controle de acesso dos estudantes e que as decisões sejam pactuadas em conjunto. Ela disse que tem dúvidas sobre qual a melhor medida a ser tomada, mas que considera importante que alguma medida seja adotada.

A representante do Latec disse que considera que a Escola tem pouco diálogo com os responsáveis dos estudantes e que, muitas vezes, os problemas com os alunos na Escola são reflexo de questões familiares que estão afetando os estudantes. Ela disse que tem o hábito de conversar com os alunos sobre a importância do uso do uniforme para a identificação e a segurança deles.

A Direção solicitou que os coordenadores ampliem a discussão deste tema nos laboratórios e setores e levem suas contribuições para a próxima reunião da CT de Ensino da EPSJV e também do CD EPSJV.

O CD EPSJV aprovou o encaminhamento da Direção.
INFORMES

Cogetes

A Direção informou que, a partir do início de 2020, Ingrid D'Ávila (CCI) será a nova coordenadora da Cogetes, no lugar de Valéria Carvalho, que voltará para o Labform.

A Direção agradeceu o trabalho realizado por Valéria nos últimos dois anos e à CCI por liberar Ingrid para assumir a Cogetes.

Valéria agradeceu a confiança da Direção em seu trabalho e pela oportunidade de aprendizado durante o período de coordenação na Cogetes.

Movimentação de Trabalhadores

Carla de Souza (Seção de Gestão de Pessoas) deixou a EPSJV para cursar Mestrado em Portugal.

Assembleia

Será realizada no dia 28 de novembro a assembleia de balanço da gestão da EPSJV 2018-2019.

Reprepoli

A Direção informou que recebeu um questionamento da Reprepoli sobre a terceirização de uma jornalista da CCDE que estava vinculada ao projeto da RET-SUS, encerrado em novembro de 2019. A Direção explicou que foi definido no Projeto Político Institucional (PPI) da EPSJV o incremento do trabalho da CCDE, inclusive nas mídias sociais, e, por isso, a pertinência da permanência da profissional na Escola.

A coordenadora do LIC-Provoc pediu um esclarecimento sobre a contratação, dizendo que, no seu entendimento, havia sido acordado na reunião do CD EPSJV, de 8 de novembro de 2019, que nenhuma contratação seria feita sem a deliberação do CD EPSJV.

A Direção esclareceu que, neste caso específico, a pertinência da contratação já havia sido deliberada pelo CD EPSJV em reuniões anteriores, nas quais foi discutido o fim da RET-SUS. O representante do Lateps também reiterou que essa decisão já havia sido tomada pelo CD EPSJV.

Simpósio

O Centro de Relações Internacionais em Saúde (Cris) da Fiocruz está organizando o 'Simpósio Fiocruz-Opas: 120 anos de cooperação para o avanço da saúde nas Américas', que vai acontecer de 1º a 3 de abril de 2020, como parte das comemorações dos 120 anos da Fiocruz. A EPSJV integra o grupo de trabalho que está organizando o evento.

Presentes

Alexandre Moreno (Labman)
Ana Beatriz (CCI) - convidada
Ana Lúcia (Lic-Provoc)
Anakeila Stauffer (Direção)
Anamaria Corbo (Direção)
André Malhão (Lateps)
Camila Borges (Laborat)
Carlos Mauricio (VDEI)
Carolina Cobi (Grêmio Estudantil)
Daniel Souza (Labform)
Elenice Cunha (Lavsa)
Etelcia Molinaro (Latec)
Helifrancis Condé (CCI)
José Mauro (Lires)

José Orbílio (VDGDI)
Luciana Milagres (CCI) - convidada
Maíra Mathias (CCDE)
Marcus Vinicius Pedroza (Reprepoli)
Mônica Murito (Latec)
Paulo Vitor Lopes (Reprepoli)
Pedro Castilho (SADM)
Raphael Queiroz (Reprepoli)
Raquel Moratori (Labgestão)
Valéria Carvalho (Cogetes)